



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO

Concurso público para provimento de cargos de
Juiz do Trabalho Substituto

Caderno de Prova, Cargo A01, Tipo 001
000000000000000000
00001-0001-001

Nº de Inscrição
MODELO

Prova Escrita Objetiva
Segunda Etapa

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
contém 50 questões, numeradas de 51 a 100.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- transcrever as respostas da Prova Dissertativa na Folha de Respostas apropriada, no espaço destinado à questão.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

DIREITO INDIVIDUAL E DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

51. Sobre a sucessão trabalhista, é correto afirmar:
- (A) Qualquer alteração na estrutura jurídica da empresa não afetará os direitos adquiridos na empresa sucedida.
 - (B) O sucessor não é responsável pelos créditos trabalhistas dos empregados da sucedida, mesmo que estes continuem lhe prestando serviços.
 - (C) Há na lei, expressamente, a declaração da responsabilidade solidária entre sucedida e sucessora.
 - (D) Deve-se formalizar a realização de novos contratos de trabalho com os empregados que continuem prestando serviços à sucessora, podendo haver redução de direitos.
 - (E) A alteração na propriedade da empresa não está referida na lei para efeito do tratamento jurídico da sucessão trabalhista.
-
52. No que tange ao trabalho do adolescente, é INCORRETO afirmar:
- (A) Considera-se prejudicial à moralidade do menor o trabalho, em empresas circenses, em funções de acrobata, saltimbanco, ginasta e outras semelhantes.
 - (B) A jornada de trabalho do empregado com menos de 18 anos de idade poderá ser de até oito horas diárias desde que este já tenha completado o ensino fundamental.
 - (C) Quando o menor de 18 anos de idade for empregado em mais de um estabelecimento, as horas de trabalho em cada um serão totalizadas.
 - (D) Não será permitido o trabalho nos locais e serviços perigosos ou insalubres, constantes de quadro para esse fim aprovado pelo Diretor Geral do Departamento de Segurança e Higiene do Trabalho.
 - (E) Para maior segurança do trabalho e garantia da saúde dos menores, a autoridade fiscalizadora poderá proibir-lhes o gozo dos períodos de repouso nos locais de trabalho.
-
53. A respeito do salário, é correto afirmar:
- (A) A participação nos lucros, segundo prevê, expressamente, a Constituição Federal, “não tem natureza salarial”.
 - (B) O salário mínimo, nos termos expressos da Constituição Federal, não está garantido para quem trabalha em contrato por tempo parcial.
 - (C) O trabalhador a quem for pago salário inferior ao mínimo terá direito, exceto por disposição contratual ou convenção em contrário, a reclamar do empregador o complemento de seu salário mínimo estabelecido na região, zona ou subzona, em que tiver de ser cumprido.
 - (D) Na há previsão constitucional estabelecendo que a retenção dolosa do salário constitui crime.
 - (E) Segundo a Constituição Federal, o trabalhador tem direito a décimo terceiro salário com base na remuneração integral.

54. No que se refere ao trabalho da mulher, é correto afirmar:
- (A) A adoção de medidas de proteção ao trabalho das mulheres é considerada de ordem pública, justificando, em certas situações, a redução de salário.
 - (B) O trabalho noturno das mulheres será remunerado com adicional de, no mínimo, 25%, mas não se lhe aplica a hora noturna reduzida de 52' e 30'.
 - (C) Nos termos da CLT, em caso de prorrogação do horário normal de trabalho da mulher, será obrigatório um descanso de 15 minutos no mínimo, antes do início do período extraordinário do trabalho.
 - (D) Conforme prevê a CLT, para o trabalho aos domingos, autorizado por motivo de conveniência pública ou necessidade imperiosa de serviço, deve ser organizada uma escala de revezamento, que favoreça o repouso dominical a cada quatro semanas.
 - (E) Nos termos da lei, o direito à licença-maternidade, para os casos de adoção e guarda judicial, não depende de apresentação do termo judicial de guarda à adotante ou guardiã.
-
55. Quanto à cessação do contrato de trabalho, é correto afirmar:
- (A) Segundo posição do STF, a aposentadoria por tempo de serviço extingue o contrato de trabalho.
 - (B) À empregada doméstica, gestante, não se aplica a proteção contra dispensa arbitrária ou sem justa causa desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.
 - (C) O pagamento da parte incontroversa das verbas rescisórias deve ser efetuado pelo empregador na data de seu comparecimento à Justiça do Trabalho, em razão de ação proposta pelo empregado, sob pena de acréscimo de 50% nas parcelas de natureza salarial.
 - (D) Havendo banco de horas, na hipótese de rescisão do contrato de trabalho sem que tenha havido a compensação integral da jornada extraordinária, na forma da lei, fará o trabalhador jus ao pagamento das horas extras não compensadas, calculadas sobre o valor da remuneração na data da rescisão.
 - (E) A CLT, no § 8º, do art. 477, não prevê índice de correção para a multa (por atraso no pagamento das verbas rescisórias) à qual se refere.
-
56. Prevê, expressamente, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, das Nações Unidas, de 1948:
- (A) Todo homem tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.
 - (B) Todo homem, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por trabalho igual ou semelhante.
 - (C) Todo homem mesmo sem trabalhar tem direito a uma remuneração justa e satisfatória que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.
 - (D) Todo homem tem direito de não se associar a sindicatos para proteção de seus interesses particulares.
 - (E) Todo homem tem direito a repouso semanal e lazer, inclusive a limitação da jornada de trabalho em oito horas por dia e a férias remuneradas periódicas de, no mínimo, trinta dias ao ano.

<p>57. Em se tratando de trabalho rural,</p> <p>(A) há responsabilidade subsidiária entre empresas que estão sob a direção, controle ou administração de outra, sem que haja identidade societária.</p> <p>(B) a exploração industrial em estabelecimento agrário não caracteriza o empregador rural.</p> <p>(C) os empregadores que se dedicam à pecuária leiteira devem fornecer, diariamente, um litro de leite a seus empregados cujos dependentes tenham até 14 anos de idade.</p> <p>(D) considera-se empregado rural a pessoa jurídica que, habitualmente, em caráter profissional, e por conta de terceiros, executa serviços de natureza agrária.</p> <p>(E) há responsabilidade solidária entre empresas que, embora com personalidade jurídica própria e guardando sua autonomia, integram grupo econômico ou financeiro rural.</p>	<p>60. João, após 35 anos de trabalho para uma empresa pública, requereu a sua aposentadoria, continuando, no entanto, a trabalhar. Dois anos após a aposentação, João veio a ser dispensado sem justa causa. Nesse caso,</p> <p>I. a aposentadoria de João extinguiu o contrato de trabalho, iniciando-se a partir daí um novo contrato.</p> <p>II. o contrato de trabalho foi um só, não tendo havido a extinção em virtude da aposentadoria. No entanto, ao ser dispensado sem justa causa, João receberá a multa de 40% do FGTS apenas sobre os depósitos referentes aos dois anos posteriores à aposentadoria.</p> <p>III. ao ser dispensado sem justa causa, João terá direito ao recebimento da multa de 40% do FGTS, que deverá ser calculada sobre o saldo existente na conta do Fundo de Garantia e relativo a todos os 37 anos trabalhados.</p> <p>IV. por ser trabalhador aposentado, João não poderá ser dispensado sem justa causa.</p> <p>Está INCORRETO o que se afirma em</p> <p>(A) I e II, apenas.</p> <p>(B) I, II e III, apenas.</p> <p>(C) II e III, apenas.</p> <p>(D) III e IV, apenas.</p> <p>(E) I, II, III e IV.</p>
<p>58. Aos servidores públicos das carreiras militares e aos empregados públicos da Administração direta, autárquica e fundacional, a sindicalização e a greve</p> <p>(A) são limitadas apenas quanto à celebração de acordos e convenções coletivas de trabalho para os primeiros e garantidas irrestritamente para os últimos.</p> <p>(B) constituem direitos assegurados por disposição constitucional.</p> <p>(C) são proibidas para os primeiros e limitadas apenas quanto à celebração de acordos e convenções coletivas de trabalho para os últimos.</p> <p>(D) recebem tratamento idêntico ao conferido às atividades essenciais.</p> <p>(E) são proibidas para os primeiros e garantidas irrestritamente para os últimos.</p>	<p>DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO</p> <p>61. A sentença de liquidação no processo do trabalho pode ser impugnada quer pelo exequente, quer pelo executado</p> <p>(A) por agravo de petição, no prazo de oito dias da ciência real ou presumida.</p> <p>(B) na mesma ocasião dos embargos à penhora, no prazo de cinco dias, a contar da garantia do juízo.</p> <p>(C) por embargos à execução, no prazo de oito dias da garantia do juízo.</p> <p>(D) por impugnação, no prazo de oito dias dos embargos à execução, após a garantia do juízo.</p> <p>(E) por embargos à execução, se versar matéria de fato, ou por agravo de petição, se versar matéria de direito, no prazo respectivo de cinco ou oito dias, a contar da garantia do juízo.</p>
<p>59. Um empregado trabalha de segunda a sábado, em turnos de revezamento, da seguinte forma: na primeira semana, o trabalho é das 6 às 14 horas; na segunda, a jornada é cumprida das 14 às 22 horas; na terceira semana, o trabalho é prestado das 22 às 6 horas. A partir da quarta semana, o ciclo se repete. Nesse caso,</p> <p>I. se houver acordo escrito entre o empregado e o empregador, a jornada de trabalho poderá ser estipulada como sendo de 8 horas diárias, desde que o salário seja aumentado proporcionalmente ao aumento da jornada.</p> <p>II. a existência do Repouso Semanal Remunerado (aos domingos) faz com que a jornada normal desse empregado seja de 8 horas diárias, em virtude de ter ocorrido interrupção na prestação dos serviços.</p> <p>III. cada vez que o ciclo recomeçar (de 3 em 3 semanas) esse empregado terá direito ao recebimento de 11 horas extras, em virtude do descumprimento do lapso temporal mínimo que deveria ter sido observado entre as duas jornadas.</p> <p>IV. na hipótese de turno ininterrupto de revezamento a jornada normal dos empregados poderá ser modificada para 8 horas diárias, desde que isso seja feito por Convenção Coletiva de Trabalho, Acordo Coletivo de Trabalho ou Sentença Normativa.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) I e II.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) III.</p> <p>(E) III e IV.</p>	<p>62. O <i>jus postulandi</i> encontra limitação no impedimento para</p> <p>(A) apresentar razões finais.</p> <p>(B) impugnar cálculos.</p> <p>(C) interpor recurso de revista.</p> <p>(D) interpor recurso extraordinário.</p> <p>(E) impetrar <i>habeas corpus</i>.</p>

<p>63. Por força de previsão inserta em convenção coletiva de trabalho, ficou estabelecido que as empresas representadas deveriam pagar, ao sindicato profissional, a importância de R\$ 10,00 por empregado que trabalhasse aos domingos, no mês de dezembro de 2006. O valor arrecadado seria destinado ao incremento dos serviços médico e odontológico prestados pelo sindicato profissional. Várias das empresas descumpriram o pactuado, o que motivou o ajuizamento de diversas ações pelo sindicato profissional. Nessa situação, embora não haja conflito direto entre trabalhadores e empregadores, a competência para solucionar esses conflitos</p> <p>(A) será sempre da Justiça do Trabalho.</p> <p>(B) poderá ser da Justiça do Trabalho ou da Justiça Federal, a critério do sindicato autor.</p> <p>(C) poderá ser da Justiça do Trabalho, da Justiça Estadual ou da Justiça Federal, a critério do sindicato autor.</p> <p>(D) poderá ser da Justiça do Trabalho ou da Justiça Estadual, a critério do sindicato autor.</p> <p>(E) não poderá ser da Justiça do Trabalho, uma vez que não há conflito entre empregado e empregador, e sim entre pessoas jurídicas.</p>	<p>66. Em relação ao processo do trabalho, é correto afirmar:</p> <p>(A) Se o sindicato da categoria profissional pretender ajuizar ação como substituto processual de integrantes da categoria, deverá fazer a individualização dos substituídos na petição inicial, e essa substituição se restringe aos casos autorizados pela lei.</p> <p>(B) No caso de conciliação, o termo lavrado só poderá ser atacado por ação rescisória, conforme entendimento sumulado pelo Tribunal Superior do Trabalho.</p> <p>(C) Na audiência de instrução, o Juiz indeferiu o pedido de intimação da testemunha, feito pela parte. Em virtude disso, poderá o requerente, de imediato, recorrer ordinariamente.</p> <p>(D) Se a testemunha do reclamante também estiver litigando contra a empresa, deverá ser, por isso, considerada como suspeita, face à sua evidente imparcialidade.</p> <p>(E) No processo do trabalho, em regra, os recursos terão efeito meramente devolutivo, ficando a critério do juiz recebê-los também no efeito suspensivo, mas desde que o faça em decisão fundamentada.</p>
<p>64. Pretende o Ministério Público do Trabalho ajuizar Ação Civil Pública em virtude de fraude na contratação, pela União, de cooperativa de trabalhadores para os serviços de limpeza e conservação em prédios públicos. A União apontou, em preliminar, a incompetência da Justiça do Trabalho requerendo a remessa dos autos para a Justiça Federal comum. Considerada essa situação hipotética, é correto afirmar que</p> <p>(A) a preliminar deve ser rejeitada, pois a incompetência deve ser argüida mediante exceção.</p> <p>(B) a competência para instruir e julgar o feito é da Justiça Federal, devendo ser acolhida a preliminar.</p> <p>(C) não merece acolhida a preliminar suscitada, pois a competência material é da Justiça do Trabalho.</p> <p>(D) não merece acolhida a preliminar suscitada, pois a competência <i>ratione loci</i> é da Justiça do Trabalho.</p> <p>(E) essa incompetência, sendo relativa e, por isso, prorrogável, deve ser argüida pela parte a quem aproveita, não podendo ser decretada de ofício.</p>	<p>67. O reclamante, em uma ação trabalhista, postulou a reintegração na mesma função anteriormente ocupada. O juiz deferiu o pedido de antecipação da tutela, relativo à reintegração. Nessas condições, é correto afirmar:</p> <p>(A) O reclamante deverá ser reintegrado tão logo transite em julgado a decisão.</p> <p>(B) Não é cabível antecipar a tutela quanto à reintegração do empregado, face ao perigo de irreversibilidade.</p> <p>(C) Se a tutela foi antecipada na própria sentença, o reclamado poderá atacá-la pela interposição do recurso ordinário, que nessa hipótese terá efeito suspensivo.</p> <p>(D) Se a tutela foi antecipada em decisão incidental, o reclamado poderá atacá-la impetrando mandado de segurança.</p> <p>(E) O reclamante deverá ser imediatamente reintegrado, desde que a empresa reclamada não recorra da decisão.</p>
<p>65. Em relação ao processo do trabalho, é correto afirmar:</p> <p>(A) Perante a Justiça do Trabalho os empregados e os empregadores podem propor e acompanhar, pessoalmente, suas ações até o final, exceto se o valor da causa for superior a quarenta salários mínimos.</p> <p>(B) No processo do trabalho as partes poderão conciliar a qualquer tempo, desde que ainda não tenha sido citado o devedor para pagar.</p> <p>(C) A execução, no processo do trabalho, deve ser requerida pelos interessados, pois o seu início <i>ex officio</i> violaria o princípio do dispositivo.</p> <p>(D) Elaborada a conta pela contadoria do juízo, o juiz deverá abrir às partes prazo sucessivo para a impugnação fundamentada, sob pena de preclusão.</p> <p>(E) A execução sempre se esteia em um título executivo, que no processo do trabalho poderá ser judicial ou extrajudicial.</p>	<p>68. Distribuída a ação trabalhista para uma das Varas do Trabalho de Manaus (11ª Região), o reclamado apresentou exceção de incompetência em razão do lugar, acolhida pelo Juiz, que determinou a remessa dos autos para uma das Varas do Trabalho de Jundiá (15ª Região). Considerada essa situação hipotética e o entendimento sumulado pelo Tribunal Superior do Trabalho, é correto afirmar:</p> <p>(A) O reclamante poderá interpor, desde logo, recurso ordinário para que o Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região reexamine a questão da competência em razão do lugar.</p> <p>(B) O reclamante só poderá atacar a questão da competência por ocasião do recurso interposto contra a decisão final, pois não se admite o recurso imediato contra as decisões interlocutórias.</p> <p>(C) O reclamante poderá interpor, desde logo, recurso ordinário para que o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região reexamine a questão da competência em razão do lugar.</p> <p>(D) Não poderia o juiz ter acolhido a exceção de incompetência em razão do lugar, pois essa espécie de competência é relativa, sendo admissível sua prorrogação.</p> <p>(E) A incompetência em razão do lugar deve ser apontada em preliminar, na própria contestação, e não sob a forma de exceção.</p>

69. O reclamado A foi condenado a pagar verbas trabalhistas no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais); o reclamado B, por sua vez, foi condenado a pagar R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais). Suponha-se que da tabela referente ao depósito recursal conste o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para o recurso ordinário e R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para o recurso de revista. Em ambos os casos não houve agravamento da condenação pelo Tribunal Regional do Trabalho. Conforme jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, o depósito recursal a ser efetuado por cada um dos reclamados deverá ser de

- (A) R\$ 3.000,00 (três mil reais) no recurso ordinário de A e R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) no recurso de revista de B.
- (B) R\$ 3.000,00 (três mil reais) no recurso ordinário de A e R\$ 10.000,00 (dez mil reais) no recurso de revista de B.
- (C) R\$ 3.000,00 (três mil reais) no recurso ordinário de A e R\$ 7.000,00 (sete mil reais) no recurso de revista de B.
- (D) R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) no recurso ordinário de A e R\$ 10.000,00 (dez mil reais) no recurso de revista de B.
- (E) R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) no recurso ordinário de A e o mesmo valor no recurso ordinário de B.

70. Considere as seguintes afirmativas, quanto aos embargos à execução trabalhista:

- I. Têm natureza de ação do executado contra o exequente.
- II. Em nenhuma hipótese será admitida a produção de prova testemunhal.
- III. O embargante poderá aproveitar para discutir as matérias que não foram abordadas na fase de conhecimento.
- IV. Só poderão ser apresentados se o juízo estiver garantido, salvo se o embargante for a fazenda pública.

Das afirmativas apresentadas,

- (A) nenhuma está correta.
- (B) apenas uma está correta.
- (C) apenas duas estão corretas.
- (D) apenas três estão corretas.
- (E) quatro estão corretas.

DIREITO CONSTITUCIONAL

71. Considerada a disciplina constitucional relativa às terras tradicionalmente ocupadas pelos índios é INCORRETO afirmar que

- (A) são assim consideradas as terras pelos índios habitadas em caráter permanente, bem como as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.
- (B) se destinam à posse permanente dos índios, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e lagos nelas existentes.
- (C) são inalienáveis, indisponíveis e os direitos sobre elas, imprescritíveis.
- (D) possuem legitimidade para a defesa em juízo dos direitos originários sobre essas terras os índios, suas comunidades e organizações.
- (E) é vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, após deliberação do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população.

72. Lei estadual que verse sobre direito penal será

- (A) compatível com a Constituição, desde que se restrinja a tratar de questões específicas na matéria e que seja precedida de lei complementar federal que autorize os Estados a legislar nesse sentido.
- (B) inconstitucional, diante da vedação expressa na Constituição no sentido de que os Estados legislem em matéria de competência privativa da União.
- (C) constitucional, na medida em que haja leis complementares federais que fixem normas para a cooperação entre os entes da Federação, tendo em vista o bem estar em âmbito nacional.
- (D) incompatível com a Constituição, porque esta atribui aos Municípios, e não aos Estados, a competência para suplementar a legislação federal, em matéria de competência privativa da União.
- (E) compatível com a Constituição, desde que inexistente lei federal dispendo sobre normas gerais na matéria, suspendendo-se, no entanto, a eficácia da lei estadual, na hipótese de superveniência da lei federal com aquela conflitante.

73. Considere as seguintes afirmações sobre a tutela constitucional da criança e do adolescente:

- I. O direito à proteção especial abrangerá o estímulo do Poder Público, através de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, nos termos da lei, ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente órfão ou abandonado.
- II. O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, observada a aplicação de percentual dos recursos públicos destinados à saúde na assistência materno-infantil.
- III. A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente, observados, no entanto, os princípios da excepcionalidade e do respeito à condição peculiar da pessoa em desenvolvimento, na aplicação de penas restritivas de liberdade a seus infratores.

É correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

74. Medida provisória que, sessenta dias após sua edição, ainda não tenha sido apreciada em caráter definitivo pelo Congresso Nacional

- (A) perde eficácia com efeitos retroativos à data de edição, cabendo ao Congresso Nacional, em igual prazo, regular por decreto legislativo as relações jurídicas dela decorrentes.
- (B) deverá ser reeditada pelo Presidente da República, para vigor por igual período, sob pena de perda de eficácia retroativa à data de sua edição.
- (C) já estará tramitando em regime de urgência, dado que decorridos mais do que quarenta e cinco dias de sua edição, e será prorrogada automaticamente, uma única vez, por sessenta dias.
- (D) será transformada em projeto de lei de conversão de medida provisória, submetendo-se ao procedimento legislativo ordinário e à sanção, ao final, do Presidente da República.
- (E) será submetida à comissão mista de Deputados e Senadores, que sobre ela emitirá parecer, devendo ser incluída em pauta de convocação extraordinária de reunião conjunta das casas do Congresso Nacional.

75. É princípio da ordem econômica na Constituição de 1988

- (A) o tratamento favorecido às empresas de pequeno porte, sendo vedada a distinção entre aquelas constituídas sob as leis brasileiras, com sede e administração no país, e aquelas que não o sejam.
- (B) a defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.
- (C) o exercício pelo Estado, na forma da lei, das funções de fiscalização, incentivo e planejamento da atividade econômica, sendo este obrigatório para os setores público e privado.
- (D) a função social da propriedade, em detrimento da propriedade privada e da liberdade de iniciativa.
- (E) a sujeição das empresas públicas ao regime jurídico próprio das empresas privadas, exceto quanto aos direitos e obrigações trabalhistas e tributários.

DIREITO CIVIL

76. O credor pode ceder o seu crédito, se a isso não se opuser a natureza da obrigação, a lei, ou a convenção com o devedor,

- (A) e, ainda que onerosa a cessão, o cedente não responde pela existência do crédito ao tempo em que o cedeu.
- (B) e o crédito, mesmo penhorado, pode ser transferido pelo credor que tiver conhecimento da penhora; mas o devedor que o pagar, não tendo notificação dela, fica exonerado, subsistindo somente contra o credor os direitos de terceiro.
- (C) mas, salvo estipulação em contrário, o cedente responde pela solvência do devedor.
- (D) mas o crédito, uma vez penhorado, não pode mais ser transferido pelo credor que tiver conhecimento da penhora; mas o devedor que o pagar, não tendo notificação dela, fica exonerado, subsistindo somente contra o credor os direitos de terceiro.
- (E) mas o cedente, na cessão onerosa, sempre fica responsável pela existência do crédito ao tempo em que o cedeu e pela solvência do devedor.

77. Salvo se as partes convencionarem diversamente, ou se o contrário resultar da lei, da natureza da obrigação ou das circunstâncias, efetuar-se-á o pagamento no domicílio do

- (A) devedor e o pagamento reiteradamente feito em outro lugar não faz presumir renúncia do credor relativamente ao previsto no contrato.
- (B) credor mas o pagamento reiteradamente feito em outro lugar faz presumir renúncia do credor relativamente ao previsto no contrato.
- (C) devedor ou do credor, indistintamente e à escolha do devedor.
- (D) credor, ou do devedor, indistintamente e à escolha do credor.
- (E) devedor e o pagamento reiteradamente feito em outro lugar faz presumir renúncia do credor relativamente ao previsto no contrato.

78. A prestação de serviço NÃO se poderá convencionar por
- (A) instrumento particular quando qualquer das partes não souber ler nem escrever.
 - (B) prazo indeterminado, sob pena de nulidade do contrato.
 - (C) mais de quatro anos, embora o contrato tenha por causa o pagamento de dívida de quem o presta, ou se destine à execução de certa e determinada obra.
 - (D) mais de três anos, embora se destine à execução de certa e determinada obra.
 - (E) tempo inferior a um ano, sob pena de nulidade do contrato.

79. Antonio é empregado de Pedro & Cia Ltda., tendo a empregadora a ele cedido imóvel residencial, em locação, pelo prazo de doze meses. Findo este prazo,

- (A) o locador somente poderá vir a retomar o imóvel depois de transcorridos cinco anos de ocupação, mesmo que a ocupação do imóvel esteja relacionada com o emprego e extinto o contrato de trabalho, porque se trata de locação residencial.
- (B) o locador, devendo valer-se de ação de despejo, poderá retomar o imóvel, se extinto o contrato de trabalho e se a ocupação do imóvel estiver relacionada com o seu emprego.
- (C) o locador poderá valer-se de ação de reintegração de posse para retomar o imóvel, depois de o empregado haver sido notificado para desocupá-lo em trinta dias.
- (D) o locador poderá obter liminar para desocupação em quinze dias, na ação de despejo, ainda que vigente o contrato de trabalho e a ocupação do imóvel esteja relacionada com o emprego.
- (E) o locador somente poderá retomar o imóvel por falta de pagamento, se o empregado continuar a ocupação depois de extinto o contrato de trabalho.

80. A indenização devida em razão de responsabilidade civil

- (A) será equitativa, quando tiver de ser suportada por incapaz, e não terá lugar se o privar do necessário, ou às pessoas que dele dependam, para sobreviver.
- (B) em nenhuma hipótese será suportada por pessoa incapaz, devendo sempre onerar o patrimônio de quem a representa.
- (C) será sempre calculada pela extensão do dano, e não admite redução equitativa, mesmo que haja desproporção entre a gravidade da culpa e o dano.
- (D) independe de culpa do autor do dano, desde que provado o nexo causal.
- (E) só será paga pelo empregador em razão de danos causados por seus empregados, se provado que obrou com culpa na escolha deles ou não os vigiou devidamente.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

81. A exceção de impedimento do juiz

- (A) poderá ser protocolizada no juízo de domicílio do réu, com requerimento de sua imediata remessa ao juízo que determinou a citação.
- (B) observa as regras do julgamento da exceção de incompetência.
- (C) suspende o prazo para o réu requerer a nomeação à autoria.
- (D) comporta agravo retido das decisões interlocutórias.
- (E) suspende o prazo para a ação principal, quando oposta na medida cautelar preparatória.

82. Em matéria de recurso adesivo, considere as seguintes proposições:

I. São admissíveis embargos infringentes adesivos contra acórdão não unânime proferido em ação rescisória.

II. Não é exigível que o recurso adesivo se contraponha ao recurso principal; basta ao litigante ser vencido em parte da sua pretensão.

III. A decisão unipessoal do relator poderá ser objeto de recurso adesivo.

IV. O preparo do recurso principal não dispensa o preparo do recurso adesivo.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I e II.
 (B) I e III.
 (C) II e III.
 (D) II e IV.
 (E) III e IV.

83. Não há necessidade de citação de ambos os cônjuges para a ação

(A) de despejo por denúncia vazia.
 (B) reivindicatória.
 (C) de constituição de servidão.
 (D) discriminatória.
 (E) de usucapião.

84. Suspende-se o processo quando

(A) ocorrer a morte do juiz ou do promotor.
 (B) for oposta exceção de suspeição do promotor.
 (C) for apresentada reconsideração da decisão que rejeita liminarmente a exceção de incompetência.
 (D) for interposto recurso especial contra decisão que rejeita exceção de impedimento do juiz.
 (E) houver perda superveniente da capacidade processual de qualquer das partes.

85. No que se refere às ações coletivas, é correto afirmar:

(A) A legitimidade é restrita às associações que tenham base no local do dano.
 (B) Permite-se a concessão de tutelas específicas para cumprimento de obrigações de fazer ou não fazer.
 (C) Podem ter por objeto interesses individuais heterogêneos.
 (D) A sentença produzirá coisa julgada com efeito *erga omnes*, mesmo quando julgada improcedente a pretensão.
 (E) Nas ações para defesa de interesses individuais homogêneos, em caso de procedência do pedido, a condenação será individualizada em conformidade com o rol de substituídos necessariamente apresentado.

DIREITO PENAL

86. São elementos do crime culposo a

(A) imputabilidade e a não observância do dever de cuidado.
 (B) exigibilidade de conduta diversa e a possibilidade de conhecer a ilicitude do fato.
 (C) não observância do dever de cuidado e a previsibilidade do resultado.
 (D) possibilidade de conhecer a ilicitude do fato e a imputabilidade.
 (E) previsibilidade do resultado e a exigibilidade de conduta diversa.

87. A legítima defesa

(A) só cabe para a preservação de direito próprio.
 (B) não admite a modalidade putativa.
 (C) exclui a culpabilidade.
 (D) só cabe contra a agressão humana.
 (E) não conduz ao reconhecimento da licitude do fato na esfera civil.

88. Excluem a culpabilidade

(A) a obediência hierárquica e a coação moral irresistível.
 (B) a legítima defesa e a desistência voluntária.
 (C) a inexigibilidade de conduta diversa e a insignificância do fato.
 (D) o estado de necessidade e o arrependimento eficaz.
 (E) a menoridade e a embriaguez culposa.

89. Retratando-se a testemunha da afirmação falsa antes de proferida a sentença no processo em que a formulou, a retratação

(A) não tem qualquer interferência.
 (B) causa a extinção da punibilidade.
 (C) configura circunstância atenuante.
 (D) constitui causa de diminuição da pena.
 (E) leva ao reconhecimento da perempção.

90. No crime de apropriação indébita previdenciária, se o agente, primário e de bons antecedentes, após o início da ação fiscal e antes de oferecida a denúncia, promover o pagamento da contribuição e acessórios, é facultado ao juiz somente

(A) reduzir a pena ou aplicar unicamente a de multa.
 (B) deixar de aplicar a pena ou reduzi-la.
 (C) aplicar pena de multa majorada.
 (D) aplicar a pena privativa de liberdade, excluindo a pecuniária.
 (E) deixar de aplicar a pena ou impor unicamente a de multa.

DIREITO COMERCIAL

91. Por meio do contrato de alienação fiduciária em garantia, o proprietário de um bem móvel

(A) aliena-o a outra pessoa, em garantia de uma dívida com esta contraída, mas permanece com a posse direta do bem.
 (B) aliena-o a outra pessoa, em garantia de uma dívida com esta contraída, e lhe transfere a propriedade plena do bem, recuperando-a após o pagamento da dívida.
 (C) oferece-o em penhor ao credor do financiamento obtido para a aquisição do próprio bem.
 (D) transfere a sua posse direta a outra pessoa, em garantia de uma dívida com esta contraída, mas permanece com a propriedade plena do bem.
 (E) transfere a sua posse indireta a outra pessoa, em garantia de uma dívida com esta contraída, mas permanece com a propriedade plena do bem.

<p>92. Alberto era representante comercial da ABC Ltda., tendo exercido essa função por dez anos. Ao longo desse período, por imposição da empresa representada, as partes celebravam contratos por prazo determinado de um ano, ao fim do qual procedia-se a sua imediata renovação. Ao final do 10º ano, a ABC Ltda. notificou Alberto a respeito da não-renovação de seu contrato e extinção do vínculo negocial. Alberto agora pleiteia o recebimento de indenização equivalente a 1/12 (um doze avos) das comissões auferidas durante todo o período de representação, em razão da extinção imotivada do contrato por iniciativa da representada. Essa indenização</p> <p>(A) é devida, pois é aplicável a todos os contratos de representação comercial.</p> <p>(B) é devida, apenas com relação ao último período anual de contrato.</p> <p>(C) é devida, pois é aplicável a contratos com mais de cinco anos de vigência.</p> <p>(D) é devida, pois o contrato celebrado com Alberto deve ser considerado a prazo indeterminado.</p> <p>(E) não é devida.</p>	<p>95. Determinada pessoa física exercia atividade empresarial e, em determinado momento, torna-se incapaz para os atos da vida civil. Nesse caso, a continuidade do exercício da empresa</p> <p>(A) pode ser efetuada por mandatário do empresário.</p> <p>(B) é ilegal.</p> <p>(C) depende de autorização judicial.</p> <p>(D) pode ser efetuada por curador, independentemente de autorização judicial.</p> <p>(E) é possível por intermédio dos sócios do empresário.</p>
<p>93. Se comparada com a regra geral prevista no Código Civil, a desconsideração da personalidade jurídica, tal como prevista na Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), ocorre em hipóteses mais</p> <p>(A) amplas, porque o Código Civil permite a desconsideração apenas em caso de falência ou insolvência do devedor.</p> <p>(B) amplas, porque o Código de Defesa do Consumidor permite a desconsideração sempre que a personalidade for obstáculo ao ressarcimento dos consumidores.</p> <p>(C) amplas, porque o Código Civil não contempla a previsão de desconsideração em caso de confusão patrimonial.</p> <p>(D) restritas, porque o Código de Defesa do Consumidor permite a desconsideração apenas em caso de confusão patrimonial.</p> <p>(E) restritas, porque o Código de Defesa do Consumidor permite a desconsideração apenas em caso de desvio de finalidade.</p>	<p style="text-align: center;">DIREITO PREVIDENCIÁRIO</p> <p>96. Sobre o financiamento da seguridade social, é correto afirmar que</p> <p>(A) a seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta, por meio de repasse de recursos orçamentários, e de forma indireta, por intermédio do pagamento de contribuições sociais.</p> <p>(B) as contribuições sociais destinadas ao financiamento da seguridade social têm a natureza jurídica de impostos; em razão disso aplicam-se a essas contribuições as regras de imunidade previstas para os impostos em geral.</p> <p>(C) a Constituição de 1988 impede que haja diferenciação entre contribuintes, para efeito de pagamento de contribuições sociais destinadas ao sistema de seguridade social, em razão da atividade econômica por eles exercida.</p> <p>(D) o princípio da preexistência de custeio impõe que somente poderão ser criados ou majorados benefícios se houver indicação de sua fonte de custeio total, o que, entretanto, não impede o reajustamento periódico dos benefícios de prestação continuada.</p> <p>(E) a Constituição de 1988 atribui à União a competência para criar contribuições sociais, destinadas ao financiamento da saúde, assistência e previdência social, devida pelo empregador, empresa ou entidade a ela equiparada, incidente sobre folha de salários e demais rendimentos do trabalho.</p>
<p>94. A habilitação dos créditos em falência</p> <p>(A) é providência que compete ao credor, que apresentará os documentos correspondentes diretamente ao administrador judicial.</p> <p>(B) é providência que compete ao falido, mediante apresentação dos documentos correspondentes ao administrador judicial, sob pena de crime falimentar.</p> <p>(C) decorre da automática conversão da lista nominativa de credores em quadro geral de credores, dispensando qualquer providência pelo credor.</p> <p>(D) é providência que compete ao credor, em petição dirigida ao juiz da causa.</p> <p>(E) é efetuada sob a responsabilidade do síndico, a quem compete a expedição de edital de convocação dos credores para essa finalidade.</p>	<p>97. Podem contribuir facultativamente para o regime geral de previdência social</p> <p>(A) a dona-de-casa, o estudante a partir dos dezesseis anos de idade e o servidor público sem regime próprio.</p> <p>(B) a dona-de-casa, o estudante a partir dos dezesseis anos de idade e o servidor público com regime próprio e que não exerce atividade vinculada ao Regime Geral de Previdência Social.</p> <p>(C) o trabalhador eventual, o estudante a partir dos dezesseis anos de idade e a trabalhadora doméstica diarista.</p> <p>(D) a dona-de-casa, o advogado profissional liberal e o brasileiro contratado no Brasil para trabalhar em filial de empresa brasileira no exterior.</p> <p>(E) o segurado especial, o estagiário regular, maior de dezesseis anos, e o brasileiro que acompanha cônjuge que presta serviço no exterior.</p>

98. Em relação à proteção previdenciária contra acidente do trabalho, é correto afirmar que

- (A) a aposentadoria por invalidez decorrente de acidente de trabalho é calculada a partir de base de cálculo e alíquota maiores do que as utilizadas para a apuração do valor de uma aposentadoria por invalidez comum.
- (B) o auxílio-acidente, que é concedido ao trabalhador que apresenta redução definitiva de sua capacidade para o trabalho, é prestação que decorre de acidente do trabalho, excluídos acidentes de outra natureza.
- (C) também são considerados acidentes do trabalho, ainda que ocorridos no período de refeição ou descanso, fatos acontecidos dentro do local e horário do trabalho e classificáveis como caso fortuito ou de força maior.
- (D) é considerada agravação ou complicação de acidente do trabalho a lesão que, decorrente de acidente de outra origem, se associe ou se superponha às conseqüências do anterior.
- (E) para efeitos previdenciários, são elementos necessários e suficientes para a caracterização de um acidente do trabalho a existência de lesão e o nexo entre esta e o exercício de trabalho na condição de empregado, trabalhador avulso ou segurado especial.

99. É segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social como

- (A) empregado, o brasileiro civil que trabalha no exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil é membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo se coberto por regime próprio de previdência.
- (B) empregado, o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social.
- (C) segurado especial, o garimpeiro e a pessoa física que explore atividade agropecuária, diretamente ou por intermédio de prepostos, com contratação, ainda que descontínua, de colaboradores.
- (D) contribuinte individual, o brasileiro civil que trabalha para a União, no exterior, em organismos oficiais brasileiros ou internacionais dos quais o Brasil seja membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo se segurado na forma da legislação vigente do país de domicílio.
- (E) empregado, o dirigente sindical, independentemente do enquadramento no Regime Geral de Previdência Social que mantinha antes do exercício do mandato eletivo.

100. Constitui hipótese de acumulação indevida de benefícios:

- (A) auxílio-doença e auxílio-acidente.
- (B) aposentadoria e salário-maternidade.
- (C) pensão por morte de filho e pensão por morte de cônjuge.
- (D) auxílio-reclusão e pensão por morte.
- (E) salário-maternidade e auxílio-doença.